



MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET DU DÉVELOPPEMENT INTERNATIONAL

DIRECTION GÉNÉRALE DE L'ADMINISTRATION
ET DE LA MODERNISATION

DIRECTION DES RESSOURCES HUMAINES

Sous-direction de la Formation et des Concours

Bureau des Concours et Examens professionnels
RH4B

CONCOURS EXTERNE ET INTERNE POUR L'ACCÈS À L'EMPLOI DE SECRETARE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES (CADRE GÉNÉRAL) AU TITRE DE L'ANNÉE 2015

ÉPREUVES ÉCRITES D'ADMISSIBILITÉ

Du 15 au 19 septembre 2014

PORTUGAIS

Durée totale de l'épreuve : 3 heures

Coefficient : 2

Toute note inférieure à 10 sur 20 est éliminatoire

Barème de notation : note en portugais 8 points ; note en français 12 points



Note en français :

Rédaction en français d'une note (450 mots avec une tolérance de plus ou moins 10 %) à partir de documents en portugais.

Ce dossier comporte 6 pages (page de garde non comprise)

SUJET :

En vous appuyant sur les textes suivants, vous présenterez les principaux acquis de la révolution des Ceillets, ainsi que les débats autour de sa signification aujourd'hui

Article 1 :

Para os portugueses, 25 de Abril é liberdade, Salgueiro Maia, Soares e Sá Carneiro

Maioria dos inquiridos na sondagem i/Pitagórica diz que a Revolução de Abril representa a liberdade, ainda que, para parte das pessoas, a democracia tenha chegado um pouco mais tarde

Para a maioria dos portugueses o dia 25 de Abril significa liberdade, Salgueiro Maia, Sá Carneiro e Mário Soares. Ainda assim, segundo uma sondagem i/Pitagórica, este marco histórico simboliza também, para uma minoria, a ditadura. A revolução dos cravos é vista por grande parte da amostra como a data de implementação total da democracia em Portugal (um em cada três). Há, contudo, quem defenda outros momentos como sendo o ponto de viragem do regime: 15,6% dizem que o início da era democrática começou em 1982 com a revisão constitucional e 10,2 % nas eleições para a Assembleia Constituinte.

O golpe militar de 25 de Novembro de 1975 – que pôs fim à influência da esquerda radical iniciada em Abril do ano anterior – e as eleições legislativas de 1976 são outros marcos que representam igualmente o início de uma democracia plena. Esta última data é apontada por 9,5% dos inquiridos e a primeira por pouco mais de 7%.

E há quem não saiba quando passou Portugal a respirar os ares da democracia. Dois em cada dez portugueses disseram não saber ou não responderam a esta questão.

A ideia de que a revolução dos cravos não representa para todos os inquiridos o início da democracia ficou também clara com a pergunta: “O que representa para si o 25 de Abril?” A maior parte dos que responderam – 56,5% – defendeu que a data é sinónimo de liberdade e apenas 20,9% responderam democracia. Menos ainda são os que se referem a esta data como uma revolução: 14,1%. O 25 de Abril simboliza ainda para uma minoria de portugueses a ditadura (5,9%) e só 2,6% disseram não saber responder ou não responderam à questão.

In :JORNAL i – 11/04/2014

Article 2 :

Portugueses consideram que valores do 25 de Abril não são respeitados

O estudo revelou ainda que mais de 91% dos portugueses julgam que o 25 de Abril foi muito importante e 45,7% que a revolução teve também uma importância internacional

Cerca de 80% dos portugueses consideram que os valores do 25 de Abril são pouco ou nada respeitados pelo Poder, de acordo com uma sondagem divulgada quarta-feira.

Segundo o estudo de opinião da Eurosondagem para a Associação 25 de Abril, sobre o "25 de Abril em Portugal", 79,4% dos inquiridos consideram que os valores conotados com o 25 de Abril, nomeadamente a Liberdade, a Democracia, a Paz e a Justiça Social, são pouco ou nada respeitados pelo Poder. Apenas 15,2% dos inquiridos consideram que estes valores são muito respeitados pelo Poder.

Mais de 67,3% consideram que os portugueses sentem pouco ou nada estes valores, enquanto 29,6% são de opinião que estes valores são muito sentidos pelos portugueses.

No entanto, mais de 80% dos inquiridos consideram que o 25 de Abril mudou a vida dos portugueses para melhor, contra os 8,7% que julgam que não provocou alterações significativas e os 5,8% que pensam que as coisas mudaram para pior.

Independentemente do momento de crise atual, mais de 63% defendem que a generalidade dos portugueses vive melhor hoje do que há 40 anos, 21% que vivem pior e 7,5% que vivem sem alterações significativas.

O estudo revelou ainda que mais de 91% dos portugueses julgam que o 25 de Abril foi muito importante e 45,7% que a revolução teve também uma importância internacional.

In : Agência LUSA 24/04/2014

Article 3 :

O 25 de Abril é de todos os portugueses

Não podemos perder a memória e esquecer o que conquistámos nos últimos 40 anos

Tenho 40 anos. Não sei o que é viver em ditadura, sem liberdade de reunião, de expressão e de imprensa, sem pluralismo partidário, sem eleições livres e sem liberdade de escolha mas com política política e censura – apenas compreendo e aceito viver em democracia com todas as liberdades a isso inerentes.

Não conheci a ditadura mas tenho memórias de infância do país pobre, atrasado e miserável que a democracia herdou e transformou num país desenvolvido e socialmente muito mais justo.

No início dos anos 80, quando visitava a aldeia dos meus avós, recordo-me que ficava surpreendido por amigos com quem brincava não terem casa de banho, electricidade ou água canalizada em casa. Alguns eram os primeiros da sua família a terem uma perspectiva de seguir estudos além da escola primária. Tinham um médico na aldeia uma vez por mês e os pais começavam a ouvir falar de uma coisa chamada Segurança Social. Era uma realidade que pouco diferia do que acontecia antes do 25 de Abril.

Se recuarmos uns anos e fizermos uma visita à Pordata (www.pordata.pt), encontramos números para esta realidade. Em 1970 existiam 2 283 235 casas para uma população de 8,6 milhões de portugueses. Desses alojamentos, menos de metade tinha água canalizada, apenas 737 mil casas tinham duche, enquanto as instalações sanitárias e de esgoto só existiam em cerca de 1,3 milhões dessas habitações e a electricidade para poucas mais. Desde os anos 90 do século passado que a taxa de cobertura de saneamento básico, electricidade e água canalizada alcançou praticamente os 100%.

Em 1961 a taxa real de escolarização no pré-escolar era de 0,9%, de 7,5% no 2º ciclo (correspondente ao antigo ciclo preparatório), de 6,1% no 3º ciclo (antigos 7º, 8º e 9º anos) e de uns míseros 1,3% no ensino secundário. Apenas no 1.º ciclo existiam números minimamente dignos: 80,4%. Cerca de 25% dos portugueses eram analfabetos. Hoje o acesso à educação é generalizado, com essas taxas a oscilarem entre os 90% e os 100%, com a exceção do secundário, que está nos 72,3%.

O Serviço Nacional de Saúde, por outro lado, é uma criação do regime democrático da qual todos os portugueses devem ter orgulho. O número de médicos subiu de 7075 em 1960 para 43 863 em 2012, tendo os 107,6 enfermeiros por cada 100 mil habitantes sido multiplicados por seis em 40 anos. De 906 consultas por cada 100 mil habitantes em 1960 passamos para 4170,4 em 2011.

A Segurança Social (SS), que não existia enquanto serviço universal, foi uma das grandes conquistas da democracia. De quase 120 mil pensionistas divididos pela SS e pelos funcionários

públicos da Caixa Geral de Aposentações (CGA), passamos para 2 981 635 beneficiários na SS e 603 267 em 2012. A pensão média da SS, a preços constantes de 2006, cresceu de 890,8 euros em 1960 para 3800,5 euros em 2012. O subsídio de desemprego, uma das prestações sociais criadas, entre muitas outras, depois do 25 de Abril, subiu de 58 869 em 1981 para 398 742 em 2012.

3. Podemos e devemos estar descontentes com os resultados económicos dos últimos 15 anos – a taxa de crescimento anual do PIB per capita entre 1998 e 2009 foi de apenas 1%, enquanto entre 86 e 98 foi três vezes superior. Podemos e devemos exigir mais de uma classe política com problemas graves de credibilidade. Mas não podemos esquecer que a democracia promoveu a prosperidade económica em Portugal como nunca tinha acontecido e fez com que o 25 de Abril seja uma data que une todos os democratas independentemente da sua cor política, origem social ou idade. Um povo sem memória vale muito pouco.

in : JORNAL i – 21/04/2014

Article 4 :

Entre a democracia ameaçada e o "Portugal renovado"

Às palavras de saudação ao 25 de Abril juntou-se o olhar sobre um presente que a direita diz ser de renovação, a esquerda de destruição

As palavras divergiram, fosse quanto ao passado, fosse quanto ao presente: à esquerda agradeceu-se aos capitães que fizeram a Revolução, à direita defendeu-se que o 25 de Abril não tem proprietários; à esquerda apontou-se uma democracia ameaçada, à direita um "Portugal renovado". E se PSD e CDS levaram para a cerimónia evocativa dos 40 anos do 25 de Abril um apelo ao compromisso, da esquerda ouviram-se críticas ao discurso de que não há alternativa.

Pelo PS foi o líder, António José Seguro, a usar da palavra para condenar o "pensamento que se pretende único e que esconde desajeitadamente o maior ataque dos ultraliberais ao Estado social e ao ideal europeu". E apontou a "mão invisível de que os ultraliberais tanto falam" - "Essa mão empobreceu os portugueses, aumentou as desigualdades e está a destruir a classe média". As críticas são válidas para Portugal e para a Europa, palco de uma "nova cortina de ferro com que tentam dividir-nos entre países cumpridores e incumpridores, entre norte e sul, entre centro e periferia, entre bons e maus".

Apelo ao compromisso. No PSD, o líder parlamentar, Luís Montenegro, sustentou que os sociais-democratas querem "ser co-autores de um Portugal renovado", sem mais resgates, sem "mais austeridade de emergência". E, apelando à "convergência na diversidade", defendeu que numa "democracia madura nunca há divergências insanáveis". O democrata-cristão Filipe Lobo d'Ávila deixou um apelo semelhante: "Depois deste tempo de emergência tenhamos a inteligência de abrir um ciclo de compromisso".

Jerónimo de Sousa, líder do PCP, deixou um aviso aos que "hoje contemplam a destruição e fazem planos para muitas décadas de austeridade": "O projecto de Abril inscreve-se ainda na Lei Fundamental". Mariana Mortágua, do BE, apontou o dedo ao "fanatismo austeritário destruidor", defendendo que o país "não pode suportar a escolha entre a austeridade nefasta e a austeridade fofinha". José Luís Ferreira, do PEV, criticou também os "catequistas da austeridade", pedindo o castigo dos eleitores aos partidos do governo.

In : JORNAL i- 26/04/2014

Article 5 :

Capitães de Abril recusam ser "cereja no topo do bolo"

O presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, disse hoje que os capitães de Abril não queriam ser a "cereja no topo do bolo" nas comemorações no parlamento, estando presentes sem usar da palavra.

Na sessão solene, "onde se discute a política geral", diz Vasco Lourenço, os militares consideraram que "não se pode fazer um parêntesis para se baterem palmas aos capitães de Abril" e estes serem "a cereja no topo do bolo".

"A situação no país, a política seguida, não tem nada que ver com o 25 de Abril", advoga Vasco Lourenço.

O presidente da Associação 25 de Abril afirmou recentemente que só aceitaria estar presente na sessão solene comemorativa da revolução caso um representante dos capitães de Abril pudesse discursar.

Confrontada pelos jornalistas com esta posição, a presidente do parlamento, Assunção Esteves, respondeu que convidou a Associação para estar presente na sessão solene e que se os militares impõem a condição de falar "o problema é deles".

Perante esta posição, o presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, irá fazer a intervenção que faria na Assembleia da República no largo do Carmo, em Lisboa, numa evocação a Salgueiro Maia em que desafia "toda a população" a participar.

Após esse tributo, será feita uma "romagem ao edifício onde funcionava a PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, para evocação da memória dos cidadãos ali assassinados no fim da tarde de 25 de Abril".

In : Diário de Notícias 22/04/2014

Article 6 :

Soares não vai ao 25 de Abril porque Governo não merece

O ex-presidente da República Mário Soares confirmou hoje que não participará nas cerimónias do 39º aniversário do 25 de Abril, no parlamento, em Lisboa, por considerar que quem está atualmente no poder representa o contrário dos valores da Revolução.

"Pois não [participarei], porque eu sou solidário com os homens que fizeram o 25 de Abril, que são justamente os homens do MFA [Movimento das Forças Armadas]. É tão simples como isso", disse Mário Soares, quando questionado acerca da sua ausência nas cerimónias.

Interrogado se quem está hoje no poder não merecia a sua participação nas homenagens da revolução da Liberdade, Soares respondeu: "Qual homenagem? Nunca fizeram nada por isso e são mesmo o contrário".

Mário Soares participou hoje na apresentação do Museu Do Aljube - Resistência e Liberdade, na antiga Cadeia do Aljube, em Lisboa, onde esteve preso por diversas vezes.

A Associação 25 de Abril decidiu voltar a não estar presente na sessão solene na Assembleia da República por considerar que o poder político que governa o país "está contra o 25 de Abril, os seus ideais e os seus valores".

In : Diário de Notícias 24/04/2014

Article 7 :

25 de Abril e os seus capitães

1. O verdadeiro significado do 25 de Abril é muito simples: restituiu a cada um de nós a liberdade, incluindo a liberdade de escolher o que fazer dela. Os capitães de Abril merecem o nosso respeito porque derrubaram um regime autoritário e opressivo que, durante 48 anos, manteve o país na miséria moral e material, impediu qualquer espécie de liberdade, perseguiu, prendeu ou forçou ao exílio os que o combatiam.

As motivações dos militares foram várias. Uns, como Salgueiro Maia, agiram com uma coragem e um dever de consciência exemplares para acabar com “o estado a que isto chegou”. Outros, talvez a maioria, estavam fartos de uma guerra em nome da defesa de um “império” que já estava fora do seu tempo. Outros ainda tinham uma consciência política mais profunda, sobretudo aqueles que mantinham uma ligação militante ao Partido Comunista. É bom também não esquecer que se sentiram bastante “confortados” pela “dissensão” do general Spínola, tornada pública com o seu livro *Portugal e o Futuro*. Spínola, que não era um democrata, como alguns dos capitães de Abril também não eram, percebeu a inutilidade de uma guerra que estava condenada à derrota e que impedia qualquer evolução do regime.

Os quase dois anos seguintes foram os anos de combate pelo destino a dar a essa liberdade. Anos muito duros, convém recordar. Esse combate reflectiu-se no Movimento das Forças Armadas. A parte mais radical, ligada ao Partido Comunista e a alguns movimentos de extrema-esquerda, conseguiu impor-se durante os primeiros tempos. Os tempos dos saneamentos selvagens no Estado e nas empresas, das nacionalizações, da ocupação dos jornais (também com os respectivos saneamentos políticos), dos mandatos em branco do Copcon. Outros, mais moderados, defendiam o chamado “regime peruano”, numa visão terceiro-mundista que se afastaria das imperfeições das democracias capitalistas ocidentais e manteria a natureza “revolucionária” do novo regime, reservando aos militares o papel de garante supremo. Outros ainda perceberam que o rumo da revolução teria de levar em conta os partidos democráticos nascentes e os seus programas políticos, que defendiam uma democracia parlamentar, europeia e ocidental. Foram decisivos no 25 de Novembro, mas apenas depois da realização das eleições para a Constituinte, a 25 de Abril de 1975, que uma boa parte do MFA ainda tentou adiar, alegando a falta de preparação dos portugueses (o velho argumento de Salazar) e acabando por apelar (sem sucesso) ao voto em branco. Ao contrário das expectativas (não havia sondagens credíveis nessa altura), as primeiras eleições livres deram ao PS de Mário Soares e ao PSD de Sá Carneiro uma votação largamente maioritária (38 e 26 por cento, respectivamente) e um triste resultado ao PCP (14 por cento). Cunhal e a parte do MFA que controlava rejeitaram o veredicto das urnas, argumentando com o veredicto das ruas. Mário Soares, que é o verdadeiro pai da nossa democracia liberal, ainda teve de mostrar que também conseguia vencer esse combate, com a manifestação da Alameda, em Lisboa.

O 25 de Novembro pôs fim a este período turbulento e perigoso. Cunhal soube recuar a tempo, não sem antes ter garantido a vitória da União Soviética nas colónias. As eleições legislativas de 1976 confirmaram, sem margem para dúvida, qual era a vontade de uma imensa maioria de portugueses. Seguimos o nosso destino democrático e europeu. A Europa passou a ser uma espécie de “programa comum” da democracia. Soares provou a Kissinger que não seria o Kerenski da revolução portuguesa nem precisava que lhe arranjasse um lugar numa universidade americana. Obteve o apoio da Alemanha de Willy Brandt e Helmut Schmidt, da Suécia de Olof Palme ou do Reino Unido de James Callaghan para garantir que o caminho da democracia não sofreria qualquer revés e para evitar uma situação económica muito difícil. A Europa continuava connosco e era o nosso destino.

A primeira revisão constitucional acabou com a tutela militar do Conselho da Revolução. Seria

preciso chegar à primeira volta das eleições presidenciais de 1986 para clarificar definitivamente a natureza do centro-esquerda. O PCP e Ramalho Eanes (com o apoio de algumas franjas socialistas) viram nestas eleições uma oportunidade para derrotar definitivamente Mário Soares. Encontraram o melhor candidato possível: Francisco Salgado Zenha, o eterno número dois do PS. Soares chefiara um Governo do bloco central que aplicara durante três anos uma dose brutal de austeridade, imposta pelo FMI. A sua impopularidade era total. Maria de Lourdes Pintasilgo, preterida por Eanes, apresentara a sua candidatura em nome de uma esquerda romântica que queria “aprofundar” a democracia. A direita tinha um só candidato: Freitas do Amaral. Sabemos o desfecho. O PS seria um partido social-democrata europeu e moderno. O mundo deu muitas voltas. Acabou a Guerra Fria e, com ela, a União Soviética. A Europa alargou-se à dimensão do continente. Com crise ou sem crise, Portugal é hoje um país infinitamente mais livre, mais desenvolvido e mais justo. Com um pequeno problema.

2. Quarenta anos depois, há ainda capitães de Abril que se vêem como “vigilantes” da democracia e portadores de direitos especiais sobre ela. Foram sempre convidados para a celebração parlamentar da revolução. Tiveram o seu palco na tradicional manifestação da Avenida da Liberdade. Têm o direito à palavra e à actividade política como qualquer outro cidadão. A que propósito e com que legitimidade Vasco Lourenço quer discursar nas cerimónias do Parlamento? Ontem admitia ao *i* a tentação de se candidatar às presidenciais, o que é perfeitamente legítimo. Na mesma entrevista culpa os partidos pela crise em que estamos mergulhados e admite que o seu desejo era uma democracia representativa misturada com uma boa dose de democracia de base, seja lá o que isto quer dizer. Perdeu a noção do tempo e das coisas. Continua a pensar que tem uma espécie de *droit de regard* sobre as decisões que o país toma. Esse estatuto não existe em democracia, onde a lei é a regra e onde a única fonte de legitimidade são os votos dos cidadãos. Será muito difícil de compreender estas verdades básicas? Assunção Esteves disse-lhe aquilo que tinha exactamente a dizer. Se dissesse o contrário é que nos deveríamos preocupar. A revolta contra o Governo, contra a austeridade, contra as injustiças pode ser manifestada pacificamente todos os dias. O debate sobre o destino do país pode ser feito em qualquer lugar. Mas o actual Governo, seja qual for o juízo que façamos dele, tem a única legitimidade que existe em democracia, que é a do voto. Que algumas pessoas ainda achem que são donas da revolução que nos restituiu a liberdade é triste, embora não chegue a ser perigoso.

A cultura democrática portuguesa mantém especificidades próprias que, por vezes, nos deixam de boca aberta. Não é só esta coisa de dizer que os capitães de Abril ganharam um direito que mais ninguém tem. A direita (e alguma esquerda) não esconde a sua admiração por Álvaro Cunhal e pela sua alegada coerência, sem se deter por um minuto a pensar que os seus pescocinhos ficariam em risco se alguma vez ele tivesse levado a cabo os seus objectivos. Agora, querem-nos convencer de que, 40 anos depois da revolução e quando o mundo já deu várias voltas, temos de nos curvar aos capitães de Abril, para merecermos o nosso direito à liberdade. Tenho pena, porque Vasco Lourenço esteve sempre do lado certo durante o PREC. Gostaria muito que ele pensasse que fez apenas aquilo que a sua consciência lhe ditou. Como, aliás, muita gente que lutou contra o fascismo anos a fio e pagou por isso um preço muito alto. A nossa democracia é imperfeita? Pois é, como todas as outras. Mas querer “aperfeiçoar” é meio caminho para acabar com ela.

In : Público – 13/04/2014